



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE ARMAS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1093/05	DATA: 9/8/2005
INÍCIO: 15h05min	TÉRMINO: 16h25min	DURAÇÃO: 01h20min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h16min	PÁGINAS: 31	QUARTOS: 16

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA – Delegado da Polícia Civil em Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento. Deliberação de requerimentos.
--

OBSERVAÇÕES
Há falhas na gravação. Há expressão ininteligível. Grafia não confirmada: Bouchard.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as organizações criminosas do tráfico de armas.

Informo aos Srs. Parlamentares que foram distribuídas cópias das atas da 32ª e 33ª reuniões. Sendo assim, indago se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Peço dispensa da leitura das atas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Dispensada a leitura, coloco as referidas atas em discussão.

Não havendo quem queira discuti-las, coloca-as em votação.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas.

A presente reunião destina-se à audiência pública com a presença do Dr. Luiz Fernando Martins de Oliveira, Delegado da Polícia Civil de Nova Hamburgo, do Estado do Rio Grande do Sul, e da Sr. Marta Cristina da Silva Brum, que foi indiciada num inquérito envolvendo assaltos e tráfico de armas, coisas dessa natureza.

Quero informar que daqui por diante as oitivas na nossa CPI serão às quintas-feiras pela manhã, porque, infelizmente, temos 80% da nossa CPI envolvida com as outras CPIs que têm uma urgência, vamos dizer assim, maior hoje em dia, que são as CPMIs dos Correios e a do Mensalão. Dessa forma, vamos transferir para quinta-feira, pela manhã, as oitivas da nossa CPI, de modo a não chocar com essas outras oitivas que estamos fazendo.

Quero, de pronto, convidar o Dr. Luiz Fernando Martins de Oliveira à Mesa para fazer as suas considerações iniciais.

Quero agradecer ao Dr. Luiz Fernando por estar presente e também ao Secretário de Segurança do Estado do Rio Grande do Sul e seu Chefe de Gabinete, Dr. Joel Souza de Oliveira, por também ter liberado o Dr. Luiz Fernando para estar aqui conosco.

Sr. Luiz Fernando, sei do grande trabalho que V.Sa. tem feito lá, inclusive com os inquéritos das quadrilhas. Temos ainda o chefe de uma quadrilha importante foragido. Talvez aqui na CPI, que vai para todo o País, por meio da Internet, possamos também auxiliar a pegar esse componente dessa quadrilha. Digo a V.Sa.



que essa CPI foca mais o tráfico de armas, mas o tráfico de armas é meio campo para um monte de outras coisas, como V.Sa. deve ter constatado.

Gostaria de dar um tempo inicial, a fim de que V.Sa. possa fazer a sua explanação. E, posteriormente, dizer que hoje é um dia complicado para termos a presença de muitos Deputados, mas agradeço a presença de todos —13 Deputados deram presença na nossa CPI —, e que as notas taquigráficas do seu depoimento são distribuídas a todos eles. Desde já, com a nossa gratidão, passo o tempo a V.Sa.

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Obrigado, Sr. Deputado. Boa-tarde a todos. Primeiramente, quero me apresentar. O meu nome é Luiz Fernando Martins de Oliveira. Sou policial civil no Rio Grande do Sul há cerca de 10 anos, sendo 5 deles como agente policial e 5 anos como delegado. Como Delegado de Polícia há 5 anos, trabalhei cerca de 3 anos na cidade de Santana do Livramento, fronteira oeste do Rio Grande do Sul, divisa com o Uruguai, e, posteriormente, à frente da Delegacia de Roubos e Extorsões do DEIC, de Porto Alegre, Capital do Estado, onde tivemos vários enfrentamentos, investigações em quadrilhas de roubo a estabelecimento bancário e a carro-forte, que utilizam esse tipo de armamento. Por último, atuo na 1ª Delegacia de Novo Hamburgo, na região do Vale dos Sinos. Para os senhores terem uma idéia, a partir do ano de 2002 para cá houve um aumento significativo de roubos a estabelecimentos bancários e roubo a carros-fortes no Estado do Rio Grande do Sul, mais precisamente na região que forma o triângulo rico no Estado, que é composto das regiões do Vale dos Sinos, Santa Cruz do Sul e Caxias do Sul, área onde circula a maior parte do dinheiro da economia do Estado e também grande quantidade de caminhões carregando mercadorias valiosas. Essa questão do tráfico de armas no que diz respeito a esses fatos é como V.Exa. disse anteriormente, está intimamente ligada esse tipo de crime, onde essas quadrilhas que fazem esse tipo de delito adquirem esse armamento, na sua grande maioria não fabricados no Brasil, em países com fronteiras com o Brasil, como Argentina, Uruguai e até mesmo o Paraguai. Eu diria, Deputado, que o foco principal hoje de entrada de armas no País, a meu ver, é o Paraguai. Mas ainda não podemos deixar de esquecer as nossas duas fronteiras que temos em nosso Estado, fronteira com a Argentina e a fronteira com o Uruguai, onde também entra elevado número de armamentos de uso restrito das Forças Armadas, talvez não na



proporção que entra pela fronteira com o Paraguai, mas também por ali entra armamento que abastece essas quadrilhas lá no sul do Estado. Entre o ano de 2003/2004, em função de prisão que foram feitas nessas quadrilhas, de alguns indivíduos, foi apreendido todo tipo de armamento conhecido como um dos mais sofisticados, como o fuzil russo AK-47, o fuzil alemão HK G3, o fuzil Fal, que é de uso exclusivo do nosso Exército. A característica da época é que os Fal que foram apreendidos eram oriundos do Exército argentino, bem como também um item que vou abordar no final, que seria os explosivos TNT e cordéis detonantes que são utilizados também na hora de explodir as portas dos carros-fortes. Por ocasião dessa investigação, foi apurada a participação de uma pessoa, a Marta Cristina da Silva Brum, na época indiciada no inquérito policial, Inquérito nº 085/2003 da Delegacia de Roubos, onde foi constatado que seria uma das fornecedoras que intermediava a compra de armas dessa quadrilha em Uruguaiana, na fronteira com a Argentina. Naquela época, ela mesma prestou depoimento nas delegacias e reconheceu 4 ou 5 indivíduos, integrantes de quadrilhas que rouba carros-fortes, como sendo os que lhe procuraram na fronteira com Uruguaiana, fornecendo dinheiro para comprar armas do Exército argentino. Essa informação que ela prestou na época foi corroborada 6 meses depois com a prisão de alguns desses integrantes, inclusive com 2 fuzis Fal com o brasão do Exército argentino, inclusive uma metralhadora antiaérea, que até então é arma de maior potencial de fogo apreendida no nosso Estado, lá no Sul do País, também com brasão do Exército argentino. Esses indivíduos, na sua maioria, estão presos, recolhidos à PASC, a Penitenciária de Alta Segurança do Rio Grande do Sul, juntamente com a Marta Cristina da Silva Brum, e esse inquérito tramita na Justiça do nosso Estado e ainda não houve sentença. Uma outra característica que essas quadrilhas têm também, que eu gostaria de ressaltar, é o uso de explosivos — TNT e cordéis detonantes —, material esse exclusivo de obras de pedreiras, enfim, usados em obras de engenharia, que, em razão do nosso frágil controle no armazenamento, que é um material muito controlado para compra e venda, mas nem é fiscalizado o armamento, que são utilizados depois para explodir portas de carros-fortes, portas de bancos. No início deste ano explodiram na cidade de Sapiranga uma praça de pedágio inteiro para retirar o dinheiro, em razão de que o armamento, nesse caso, seria utilizado para parar o caminhão e o explosivo para abrir o veículo, sendo que



existe também um inquérito em andamento na Delegacia de Roubos, do DEIC, onde no ano de 2004 esses indivíduos iriam explodir uma ponte que liga a cidade de Santa Cruz do Sul a Candelária. Eles colocaram dinamite nas duas cabeceiras da ponte, iam derrubar a ponte — eram 2 carros-fortes que iriam passar ao mesmo tempo. Derrubando a ponte, o caminhão ia ficar embretado num trecho do rio e iria ser feito o roubo do dinheiro. Por sorte, foi descoberto o plano antes do roubo acontecer, foi desarmada a dinamite e o intento não aconteceu. Essa mesma quadrilha hoje é liderada pelo José Carlos dos Santos, o Seco, que encontra-se em liberdade. A fronteira do Brasil com o Uruguai, mais especificamente Santana do Livramento, uma cidade que tem 240 quilômetros de fronteira seca com o Uruguai, também é um ponto de entrada de armamento, não tanto como ocorre com o Paraguai, através do conhecimento que nós temos, mas atuando naquela região como Delegado de Polícia e por informações obtidas através de investigações em vários inquéritos que nós conduzimos, chega-se à conclusão de que qualquer tipo de armamento que se consegue hoje no Paraguai se consegue também na fronteira com Livramento, claro que não na mesma proporção, na mesma quantidade, mas a facilidade é a mesma. Só para os senhores terem uma idéia, no dia 1º de setembro de 2003, foi preso um indivíduo em São Paulo. O nome dele é José Roberto Tavares. Foi preso pela 1ª Delegacia do Patrimônio do DEIC de São Paulo, onde foi veiculado pela imprensa. Foi interceptada uma conversa telefônica dele pela Polícia de São Paulo, onde ele intermediava... Esse José Roberto é paulista e comprava armas do indivíduo na cidade de Santana do Livramento. Esse José Roberto foi preso, na época, em São Paulo, e foi inclusive veiculada na imprensa as conversações desse paulista, que foi preso pelo DEIC, com o indivíduo fornecedor de armas na cidade de Santana do Livramento. Posteriormente, no Município de Caraá, no litoral norte do nosso Estado, também lá essa quadrilha, alguns integrantes... Porque a Polícia prende 3 ou 4 indivíduos e ficam mais 3 ou 4 na rua e eles agregam outros indivíduos à sua quadrilha que passam os conhecimentos. Ainda alguns remanescentes foram presos no litoral norte do Estado, no Município de Caraá, onde foi preso também um grande arsenal de armamento, de arma de fogo, que consta nos autos dos nossos inquéritos, bem como essa quantidade de 120 bananas de dinamite, um vasto número de cordéis detonantes, que são esse material utilizado para explosão, inclusive fábricas de “miguelitos”, com maçarico,



botijão de gás, centenas de pacotes de pregos para fabricar “miguelitos”, que são artefatos de pregos para furar pneus de caminhões, de carros-fortes e de veículos, que seriam utilizados nesses roubos. A característica dessas quadrilhas é sempre agir com grande violência e utilização de armamento com alto poder de fogo, sendo que sempre um ou outro integrante dessa quadrilha possui contato numa região fronteira, seja no Uruguai, seja na Argentina, ou seja no Paraguai, que faz os contatos para a aquisição desse armamento pesado, que é um armamento típico utilizado nesse tipo de roubo a carro-forte ou até mesmo roubo a estabelecimento bancário. O jornal *Zero Hora* de hoje publica um assalto que ocorreu, na tarde de ontem, na cidade de Flores da Cunha, onde 4 ou 5 indivíduos entraram na cidade de Flores da Cunha, uma pequena cidade do interior do Estado. Simplesmente pararam a cidade, sendo todos eles armados de fuzis. Entraram no banco atirando, e a Polícia não conseguiu se aproximar da agência bancária em razão do alto poder de fogo na mão dos assaltantes que eram 2 fuzis do tipo Fal. Ainda aqui, Deputado, forneci aos senhores o depoimento da Marta Cristina da Silva Brum, que ela me forneceu na época, no qual constam os nomes dos indivíduos dessa quadrilha que realizava os assaltos na época e são os que ela reconhece como os que lhe procuraram para adquirir armamento. Eu trouxe, para deixar em poder da Comissão, uma espécie do álbum com o arquivo, onde consta a fotografia e os dados principais de inquéritos e ocorrências policiais que envolvem esses indivíduos que foram presos no decorrer desses 2 anos. Só não consta aqui o José Carlos dos Santos, que ainda encontra-se foragido agindo lá no interior do Rio Grande do Sul. Está aqui comigo, na minha mão, depois passo para os senhores esse álbum com esses indivíduos. *(Pausa.)* Eu diria que, preliminarmente, como relato inicial para esta Comissão, os principais nomes foram citados e como eles vêm agindo foi explanado. Eu me coloco à disposição para os senhores para qualquer tipo de esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não, Dr. Luiz Fernando. Em primeiro lugar, parabéns pela ação. Pelo menos, já minimizou algumas coisas. Eu queria saber: esse rapaz de São Paulo era ligado a alguma facção criminosa, alguma coisa assim?

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Eu não tenho conhecimento se ele é ligado a alguma facção criminosa, mas o indivíduo com o



qual ele conversou da fronteira com o Uruguai é um indivíduo conhecido na fronteira como fornecedor de armas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Fornecedor de armas?

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E atua mais onde, na fronteira com Uruguai?

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Santana do Livramento. Ele é uruguaio, ele é residente em Rivera, mas também tem endereço, pelo menos no sistema de informática da Polícia Civil, ele possui endereço no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O controle de armamento ali naquela fronteira, que é uma fronteira seca, é uma avenida só, como é feito?

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - O controle, eu posso dizer para o senhor que é inexistente, em razão de que nós temos um posto da Receita Federal, da própria Polícia na Aduana, na saída da cidade, mas ali passa quem entra e entra e sai da cidade sem nenhum ilícito. Como eu falei anteriormente, são 240 quilômetros de fronteira seca e infindável número de estradas vicinais que dão acesso ao Uruguai e dá acesso ao Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ou seja, só é pego quem quer ser pego.

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não tem como ser pego.

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Inclusive, a divisa passa no meio da fazenda, da estância. Então, o proprietário, às vezes, o fazendeiro, metade da propriedade dele é no Brasil e metade é no Uruguai. Às vezes, a divisa dos 2 países passa no meio das fazendas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quer dizer que coibir o tráfico lá é uma tarefa inglória.

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Eu diria para o senhor que eu não sei qual seria a solução. Momentaneamente, é quase que impossível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E esse senhor que trabalha em Rivera lá ele tem todo um esquema para conseguir a arma que quiser?

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - As informações que temos, ele tem uma *armería*. *Armería*, no Uruguai, é uma casa que vende armas. Na



arméria, na vitrine, o que fica exposto é o armamento convencional, o armamento permitido, revólver 38, 32, arma de caça, mas se tem conhecimento, se sabe que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Como é que é o nome dele?

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - O nome dele é Oscar Xavier da Fontoura Mulatieri. Sob encomenda, se consegue qualquer tipo de armamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E a legislação uruguaia prevê alguma coisa?

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Não tenho profundo conhecimento da legislação uruguaia com relação a armamento, mas acredito que, para venda no comércio livre ali, é só o armamento permitido, similar ao que existe no Brasil, até porque esses armamentos não ficam expostos na vitrine. É só mediante encomenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Appio, teria algumas perguntas a fazer?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Primeiro, quero cumprimenta-lo e dizer que é uma alegria tê-lo aqui conosco.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Não é só a nossa obrigação, nosso dever, mas o também o prazer de participar de um trabalho tão sério que V.Exa. lidera, dirige e que já apresenta resultados. Por exemplo, Dr. Luiz Fernando, cumprimentos pelo sucesso das operações e alguns questionamentos. Nós sabemos que, no Rio Grande do Sul — deve ser também *modus operandi* em outros Estados —, o furto e roubo de cargas serve para captar recursos, capital de giro, para formar o bando para assaltar carro-forte. Essas quadrilhas se movem com facilidade. Há notícias da atuação do Seco e esse time de assaltantes em outros Estados também?

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Sim, senhor. Só para fazer uma conexão com o que o senhor falou, roubo de carga, o que nós constatamos, como eu falei anteriormente, uma quadrilha hoje é composta de 6, 8 indivíduos. Em uma ação policial, até mesmo em um assalto, eventualmente morrem 1 ou 2, ou 3 ou 4 são presos. Esses líderes da quadrilha, vamos dizer assim,



recrutam outros delinqüentes para participar dessa quadrilha. E o que nós temos constatado lá no Rio Grande do Sul é que a maioria dos “novos” delinqüente — novos, entre aspas — que estão aderindo a esse roubo de carros-fortes ou coisa assim, que utiliza armamento pesado, estão vindo de quadrilhas que anteriormente eram de roubo de carga, porque já têm uma experiência de como parar um caminhão na estrada, coisa do tipo, coisa do outro.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Até mesmo dirigir, conduzir um caminhão.

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Exatamente. E ainda, a segunda parte da sua pergunta, eles realizaram vários assaltos no Estado de Santa Catarina e também, pelo menos, um assalto, enquanto eu estava no DEIC na época, no Estado do Paraná, em uma cidadezinha do sul do Paraná, próximo a Joinville, próximo da divisa do Paraná com Santa Catarina. No Paraná um e, em Santa Catarina, no mínimo uma meia dúzia, eu diria.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Há um problema, Delegado, contra o qual nos batemos há bastante tempo. Na divisa dos Estados, a passagem de um caminhão vazio, isto é, só o cavalinho, deve levantar suspeitas, porque não é comum sair do Rio Grande com um caminhão vazio sendo o Estado produtor, que utiliza o transporte rodoviário de cargas para a movimentação dessas mercadorias para o resto do Brasil. Entretanto, mesmo alertando as autoridades para essa movimentação de caminhões vazios, que pode ser caminhão roubado, pode ser caminhão para ser utilizado em assalto, nós não temos ainda nenhum sistema que possa bloquear esses caminhões. Porque quando se intercepta um caminhão, se o motorista tem carteira de condutor e os documentos estão ali no caminhão, não há forma de reter esse caminhão. Então, nós estamos com um sistema hoje legal que permite, que estimula, que facilita a ação de quadrilhas. O senhor entende assim também?

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Sim, senhor. Mas tem outro complicador aí. É o seguinte: muitas vezes, os caminhões são furtados ou roubados momentos antes de realizar o intento, o assalto na beira da estrada. Então, eles fazem todo o planejamento em estradas onde freqüentemente transitam caminhões, param o caminhão, pegam na hora, manda o motorista para o mato e usam o caminhão para fazer o roubo na hora. Ou, então, também é o caso da divisa



do Rio Grande do Sul com Santa Catarina, o caminhão é roubado ou furtado, eles utilizam aquela região de São Francisco de Paula, Terra de Areia, Cambará. Ali tem uma divisa com um outro Estado que não tem o posto de vigilância como tem em Torres e em Sombrio e pode passar livremente com o caminhão furtado de um lado para outro que não tem problema nenhum.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Até porque o senhor, como policial, vai só até a fronteira. O senhor não passa para o lado de lá.

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Mas a nossa Polícia lá tem feito um trabalho integrado com o Estado de Santa Catarina, é o mais próximo ali, o nosso vizinho, e tem dado resultados positivos essa troca de informações em termos de ações especificamente nessa quadrilha que anda aterrorizando, vamos dizer assim, o sul do Estado.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Há um intercâmbio de informações.

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Delegado, a respeito do Seco. Ele está livre ou está preso?

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - O Seco está solto, está foragido. Ele tem alguns mandados de prisão contra ele, sendo que o primeiro mandado de prisão que surgiu contra ele foi esse desse inquérito de São Francisco de Paula, que os senhores tem a cópia do relatório do inquérito, em que foi presa a Marta, e ele está foragido.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - O senhor tem a foto do Seco?

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Sim. Tenho aqui na...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - O Seco é o José Carlos...

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - ... dos Santos.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - O senhor pode nos mostrar a foto do Seco?

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Porque a divulgação dessa foto... O senhor sabe que a CPI do Tráfico de Armas conta também, além da inteligência de seu Presidente, de seu Relator, com uma arma poderosa, que é a divulgação via televisão. Eu acho fundamental nós mostrarmos claramente a foto dessa



bandidagem, colocarmos em um *site*, porque, veja bem, esse é um jovem que está dando um péssimo exemplo, porque está estimulando outros a aderirem ao crime, na medida em que ele tem um relativo sucesso. Por exemplo, no episódio de Antônio Prado, que o senhor presidiu o inquérito, e depois no Passo do Zeferino, foi tão sofisticado, como o de Veranópolis, tão sofisticado, que eu não acredito que seja o José Carlos o mentor dessa quadrilha, da estratégia dessa operação. O senhor tem idéia de quem foi que comandou?

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Nós, na época, nesse inquérito especificamente de Antonio Prado, tivemos o privilégio de observar, de aprender — porque a gente também aprende com a delinquência, aprende investigando um caso para investigar outro; eles pegaram ali um local, um acidente geográfico, um terreno clássico para se fazer a famosa, como se diz, emboscada. Um terreno com 2 paredões de pedra, de cada lado, numa subida, na serra, onde o caminhão imprime uma velocidade de, no máximo, 20 a 30 quilômetros por hora.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Ele não tem como bater em retirada.

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Não. Disso aí veio um caminhão descendo e deu de frente com um carro-forte. Aí o pessoal de terra, a infantaria, vamos dizer assim, da quadrilha, fez o serviço, com coquetel molotov, explosivo e armamento. Nós, na época, chegamos à nossa conclusão, só que não foi possível comprovar e por isso não está no inquérito, que o mentor daquele assalto seria de presos do Presídio Central e outros indivíduos que não participaram daquele ataque. Mas o Seco, o José Carlos dos Santos, tem grande poder de decisão perante o seu bando, como nós conhecemos, e que inclusive essa característica de utilização de explosivos é característica do Seco, do José Carlos dos Santos, porque ele trabalhava em terraplanagem, com retroescavadeira, ainda antes de entrar para a delinquência, e é ele que prepara esses petardos, vamos dizer assim, esses coquetéis com TNT e cordéis detonantes.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Ele começou lá na pedreira e depois passou para carro-forte.

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Exatamente, trabalhava com retroescavadeira. Tanto é que na cidade de origem dele, que é Santa Cruz do Sul, os amigos de infância dizem que o apelido dele era Zé da Retro, por trabalhar



com retroescavadeira, e de lá que ele adquiriu esse conhecimento que vem passando para demais indivíduos, tanto a parte de utilização de explosivos como a parte de utilização desse armamento pesado.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Nós não estamos, neste presente momento, Sr. Presidente, investigando ataques a carros-fortes. A utilização de armas, sim, e explosivos, por isso esse assunto é pertinente. E é bom que a gente prossiga perguntando, por exemplo, Delegado Luiz Fernando: o senhor vê alguma conexão com aqueles 2 irmãos em Santa Cruz, cuja quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico foi aprovada aqui na CPI, e que poderiam abastecer as quadrilhas com armamento?

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Deputado, aquele inquérito, não fui eu que conduzi a investigação, foi o meu colega, o Delegado Luciano Santa Cruz, que poderia dar essa informação para o senhor. Mas, em razão de que esse armamento, esses indivíduos foram presos, nessa região conflagrada que é Santa Cruz do Sul, onde ocorre a maior parte desses assaltos e é apreendido esse armamento, eu diria que há algum indício, merece ter uma atenção por parte da investigação, tanto da parte desta CPI como da parte das autoridades policiais que estão conduzindo essa investigação, porque pode haver alguma ligação, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - A bazuca que o senhor exibiu para os jornalistas, saiu publicada em todos os jornais, qual a origem dessa bazuca?

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Aquele armamento ali, Deputado, se o senhor observar bem, aquilo é um simulacro, aquilo foi feito com cano PVC, mas com requintes de detalhes e características que qualquer um de nós, ainda mais à noite, como foi o caso, o indivíduo pára com aquilo na frente de um caminhão, pára exatamente naquele momento, porque é muito semelhante ao armamento verdadeiro.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Uma arma de brinquedo para assustar o condutor.

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Não de brinquedo; ela foi confeccionada exatamente para aquilo ali, não existe aquilo para comércio.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Sim, sim. E ela é eficiente?



O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Atemoriza. Nós fizemos, depois, uma simulação com alguns motoristas de carros-fortes que trabalham nas empresas, mostrando para eles; todos eles, a uma distância de 5 metros, acharam que aquilo ali era realmente uma arma verdadeira e parariam certamente o carro-forte naquela situação.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - E a Marta, a Marta Brum forneceu... O filho também traficava armas, não sei se o filho dela está preso ou não. A Marta está presa ...

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Está presa.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - E o filho?

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - O filho, pelo que me consta, estava preso no litoral.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - E a Marta se relacionava com qual dos meliantes, com o Ivo ou com o Seco?

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Na interceptação telefônica que nós fizemos na época, ela se relacionava com o Ivo.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Com o Ivo.

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Esse porém eu quero fazer: o Ivo, nessas nossas investigações, não aparece em evidência, nas apreensões, presente em vários assaltos... *(falha na gravação)* ...dessa quadrilha, a ser preso em outubro de 2003. E a informação que nós temos é que o Ivo Francisco de Assis, que realmente esse é o mentor de toda essa quadrilha, e que possivelmente, em razão da sua prisão, que foi a primeira, é que começou então a surgir o nome... *(Falha na gravação)*.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - E o Ivo comanda, do presídio, as operações dessas quadrilhas? Supõe-se, não é?

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Supõe-se que comanda de dentro do presídio. E aí, lá dentro do presídio, sim, e aí as coincidências que começaram a acontecer é que vários indivíduos ou parentes desses indivíduos começaram a ser presos, detidos, em casos de traficantes ou de parentes de traficantes também presos, que seriam traficantes que, utilizando o dinheiro obtido no tráfico de drogas, estariam financiando a compra de armamentos nessas fronteiras, como já foi dito anteriormente.



O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - O senhor já atuou no DEIC e tem um departamento, uma delegacia especializada para crimes dessa natureza, não é delegado?

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Eu já atuei na Delegacia de Roubos, o DEIC, que ela é especificamente de roubo a banco e, como agente policial, trabalhei no departamento específico de combate ao narcotráfico.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Eu gostaria, para concluir, a preocupação é com a nossa fronteira seca, com o Uruguai e com a Argentina. Pretendia pedir, e o nosso Presidente já me questionou a respeito da legislação do lado de lá. É um grande facilitador; o Uruguai e a Argentina são facilitadores do ingresso dessas armas porque, na verdade, a busca do lado de lá, já se verificou em outras investigações, não encontra, do lado de cá, fiscalização adequada. Não quero criticar as autoridades policiais, mas todo mundo conhece quais são os corredores de acesso a Uruguaiana, a Santana do Livramento, são poucas as rodovias. Há uma distância enorme, um descampado enorme que permitiria fazer o controle desses veículos com maior rigor, e nós estaríamos cortando braços importantes de alimentação do crime organizado no Sul do Brasil, pois por aí ingressam pelo Brasil todo. O senhor tem alguma sugestão a respeito de fiscalização, delegado?

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Deputado, a fiscalização maior, eu diria, acho que fugiria até da nossa alçada, como País, como Nação, porque eu vejo que o maior descontrole nesse caso da Argentina é da própria Argentina. Eu não sei o quê que há lá, se há algum problema, eu não sei como é que é o controle do armamento e das Forças Armadas da Argentina, se não é informatizado, se é precário, porque os fuzis, os Fals, e até mesmo essa arma, metralhadora antiaérea, vieram com brasão do Exército argentino. E se a arma está aqui, tem que, tem, os indivíduos e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Essa .30 era do brasão do Exército.

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Do Exército argentino. Na época, inclusive, nós oficiamos o Serviço de Informações do Comando Militar do Sul para que visse com..., tentasse descobrir com o adido militar da Argentina se ela era oriunda de qual quartel, de qual batalhão, porque tem que ser dada falta no estoque desse armamento argentino, e em razão de trocas lá na Polícia, eu saí da



delegacia. Eu acho que não obtivemos respostas lá da Argentina, mas é uma arma com grande potencial de fogo, e veio — não é suposição, como está no brasão — do Exército argentino, que seria usada também para roubo a carro-forte. Seria colocada num tripé, em cima de uma caminhonete. Ou então eles estavam utilizando ela como uma bandoleira adaptada, com cinto de segurança de carro. Cortaram o cinto de segurança e fazem uma bandoleira para usar.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Sr. Presidente, mais uma vez cumprimento o delegado pelas bem-sucedidas investigações. E quero apenas lamentar que um indivíduo com tamanha periculosidade esteja ainda solto e provavelmente cometendo novos crimes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - José Carlos dos Santos. Eu vou pedir à Secretaria que depois ponha no nosso *site* da Câmara como procurado o José Carlos dos Santos e a foto dele, que eu acho que seria interessante nesse sentido. Eu vi na reportagem que tem uma .50 que é suspeita de que exista e não foi encontrada. Como é que é isso?

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Nessa ocasião, nós apreendemos essa .30 e nós tínhamos informação, Deputado, que também tinha uma .50 que estava em poder da quadrilha, que seriam usadas inclusive num, que seriam usadas inclusive num assalto a um carro-forte, um roubo a carro-forte, no Aeroclube de Santa Cruz do Sul. O avião, quando o avião aterrissasse para apanhar dinheiro, ela seria utilizada, mas nós não logramos êxito em encontrá-la. Só para o senhor ter uma idéia, essa arma aqui, essa ponto 30, nós encontramos ela enterrada em uma fazenda, no interior da cidade de Arvorezinha. Os senhores que são gaúchos sabem o rincão, a distância que é da capital à cidade Arvorezinha. Ela estava enterrada dentro de uma caixa de isopor, sendo que essa quadrilha não possuía nenhuma, não tinha nenhuma ramificação em Arvorezinha. Utilizaram aquele local somente para enterrar a arma. Daí a dificuldade da investigação, que comprem armamento de um lado do Estado, enterram no outro, escondem no outro e ele se esconde no outro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Luiz Couto, teria alguma pergunta?



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, Sr. Delegado, essas armas, elas são todas provenientes da Argentina ou têm armas também produzidas no País e que retornam para essa quadrilha?

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Não, senhor. Nós encontramos, apreendemos armas também de fabricação russa e chinesa, fuzil AK-47; armas de fabricação alemã, fuzil HK, G3, que são armamentos que podem ser encontrados facilmente no Paraguai ou até mesmo no Uruguai, em Montevideu, mas as características que nós temos é que essas quadrilhas, preferencialmente, preferem armar de calibre 762 — quadrilha que estou dizendo é para roubar carro-forte —, porque esse calibre tem maior poder de penetração, melhor poder de impacto nessas blindagens de carro-forte, ao contrário dessas outras quadrilhas de segurança e tráfico de drogas em morros, como no Rio de Janeiro, que preferem Fuzil americano, AR-15, que é outro calibre diferente. Mas esses, para blindagem, a preferência desse tipo de quadrilha é o 762, que se assemelham ao AK-47, ao G3 e ao Fal.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas entre as armas apreendidas, havia alguma arma de procedência aqui do País?

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Do Exército brasileiro, arma longa, eu não apreendi nenhuma.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nenhuma. A ação dessa quadrilha, ela era uma ação mais ampla, não se dava apenas em Uruguaiana e em outras cidades, mas se ampliava também para outras áreas, inclusive áreas de Santa Catarina. É verdade isso?

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Sim senhor. Na região da fronteira, para o senhor ter uma idéia, lá não foi constatado nenhum roubo a carro-forte, nenhum roubo a estabelecimento bancário dessa magnitude. A fronteira era utilizada simplesmente para a aquisição de armamentos. E aí sim esses ataques a veículos blindados e a estabelecimentos bancários é feita em outra região do Estado, até porque a nossa fronteira é uma região não tão beneficiada economicamente e os ataques então são feitos em outra região do Estado, que é a região mais rica, que é a região da serra, lá no norte do nosso Estado e no Estado de Santa Catarina.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Há uma família, quase que muitos deles envolvidos, Marcos Antônio Martins Bouchard(?), depois, Leandro Martins Bouchard(?). Eles estão presos ou algum deles...

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Os dois estão presos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Estão presos. O Ivo Francisco, está preso ou...

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Está preso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Está preso. José Carlos dos Santos.

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Esse é o Seco, que está foragido.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Só ele da quadrilha ou tem mais alguém que não foi identificado na quadrilha?

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Não. Desses nomes que constam aqui, e aqui nós estamos falando de outubro de 2003, só o José Carlos dos Santos ainda está (*ininteligível*). O que ocorre é que com a prisão do Ivo, do Marcos Bouchard(?), desses outros indivíduos, o que acontece? Esses indivíduos remanescentes, eles começam a captar, a recrutar outros indivíduos, outros delinquentes para vir para o roubo a carro-forte, com a transmissão de conhecimento e *modus operandi* para atuar tanto aqui, no nosso Estado, como em Santa Catarina. E muitas vezes utilizando delinquentes não tão perigosos, locais, que conhecem as vias de acesso. Por exemplo, vamos fazer um roubo em Farroupilha. Aí, lá dão um jeito de conhecer lá um bandido não tão conhecedor de armamentos e técnicas dessa natureza, mas conhece as estradas vicinais que dão fácil acesso à fuga, coisa do tipo. Então, esse é recrutado para a quadrilha.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Essas armas que foram apreendidas de origem russa, de outros países, elas viriam através do Paraguai ou viriam em navios também de bandeiras, e essas quadrilhas teriam acesso a essas armas? Como é que elas chegariam ao País.

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Deputado, a informação que nós temos, pelo menos lá, no Rio Grande do Sul, é tudo fronteira seca. É fronteira seca. Não me lembro de ter uma apreensão lá de armamentos em nossos portos lá, Porto de Rio Grande, ou um porto assim; lá no Rio Grande do Sul é tudo pela fronteira seca mesmo: é Paraguai, Uruguai e Argentina.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ainda, eu queria saber o seguinte: se nessas apreensões de armas, que as armas eram compradas e elas eram usadas para roubo de carro-forte e para também... Tem caso de roubo de veículo, tem carros blindados também, enfim, há diversos crimes aqui que foram praticados em diversas regiões...

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Certo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Inclusive tem até no Município de Torres, na divisa com Santa Catarina, não é isso?

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - É. Ali, próximo a Torres, aí naquela região norte do Estado, eles utilizaram aquilo para montar uma base ali, que era realmente uma base de guerrilha, como nos moldes militares, não é? Com armadilhas na entrada... Ali eles fabricavam os “miguelitos”, como eu falei anteriormente, tinham 2 rádios na frequência da Polícia Civil e da Polícia Militar, um rádio em cada frequência, e ali eles saíam daquela região ali, no mato, realizavam os assaltos e se escondiam ali novamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E a relação com Itajaí, em Santa Catarina, como é que se dava isso?

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Eu não falei Itajaí.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não?

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Eu disse que ocorreu um assalto, um roubo a carro-forte numa cidade do sul do Paraná, próxima a Joinville, onde a investigação da polícia paranaense também constatou a presença desses indivíduos — um ou dois deles foram reconhecidos por fotografia lá naquela ocasião.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É porque há um jornal, parece, lá de Itajaí que teria publicado a foto de um deles, que tinha uma cicatriz. E foi a partir disso aí que a polícia identificou também a presença dessa quadrilha naquela região.

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Eles fizeram um, eu disse um foi no Paraná, que eu tenho certeza, e no mínimo uma meia dúzia no Estado de Santa Catarina. Certamente, se o senhor tem esse jornal, tem essa informação, se houve essa matéria veiculada, é um desses assaltos que essa quadrilha praticou naquele Estado, até porque também lá um ou dois indivíduos desse grupo e uns dois ou três acabaram morrendo em confronto com a polícia em razão desses assaltos naquele Estado também.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eles também têm uma atuação no Balneário de Camboriú?

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Sim, senhor. Eu não me recordo agora se teve um roubo lá na cidade de Camboriú, mas pelo menos numa célula, numa casa lá dessa quadrilha foram presos dois, pelo menos um ou dois indivíduos lá pela polícia de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Aqui a matéria diz o seguinte: na capa do jornal *Diarinho de Itajaí*, ou seja, há fotos onde aparecia uma perna de um homem com uma cicatriz, e a matéria diz que foi através dessas fotos que se chegou a Sérgio Cordeiro. Sérgio Cordeiro era um dos membros da quadrilha?

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Não me recordo desse nome.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ou seja, diz que Sérgio foi preso no apartamento da namorada, às 6h30min, e que ele foi ouvido no Balneário de Camboriú.

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Eu não me recordo dos nomes, esse que o senhor está citando, porque, como esses fatos foram no Estado de Santa Catarina, eu sou delegado no Rio Grande do Sul... Mas certamente em alguns desses crimes que essa quadrilha praticou no Estado catarinense foram recrutados indivíduos daquele Estado, que pode ser desses nomes que o senhor está citando aí, onde um ou outro deles foi reconhecido.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Nas investigações V.Sa. fez, deu para identificar que nessa quadrilha teriam o apoio de policiais envolvidos que dariam algum tipo de proteção?

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Deputado, infelizmente o que nós eventualmente encontramos é a participação de um ou outro ex-PM envolvido nesse tipo de crime. Teve um caso de roubo ao Banco do Brasil em Dois Irmãos, numa igreja lá no Rio Grande do Sul — não me recordo bem agora — ,onde tinha a participação de um ex-policia civil catarinense, que inclusive morreu lá em confronto com a polícia, em 2004.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Me permite mais uma pergunta, Sr. Presidente?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não, Deputado Appio.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - No assalto à Candelária, não tem origem aí na região de Candelária?

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - É natural de Candelária.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - E ele fugiu provavelmente ferido, se é que era ele. Há indícios muito fortes de que ele estava naquele assalto, estava junto, que teria fugido ferido.

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - O senhor fala aquele que foi televisionado?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - É. Esse assalto de junho.

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Agora, junho passado?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - É.

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - É o que foi televisionado.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Ele saiu, estava ferido, porque nós temos um assalto verificado em 9 de junho deste ano, na região de Candelária, onde eles colocaram bananas de dinamite. E aí é que aconteceu a fuga do Seco ferido. Pois bem, nesse assalto de ontem, em Flores da Cunha, testemunhas teriam reconhecido, entre esses assaltantes, alguns desses elementos que formam a quadrilha?

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Deputado, eu tive conhecimento desse roubo de ontem, até porque eu li hoje no avião no jornal só o que saiu publicado no jornal *Zero Hora*. Mas, depois de ficar 1 ano à frente da Delegacia de Roubos, eu tenho a convicção de que pelo *modus operandi* ele, o Seco, ou pelo menos algum comparsa dele, está envolvido nesse ataque de ontem em Flores da Cunha.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - A pergunta tem a ver com o comportamento, com o *modus operandi*, assaltou a praça de pedágio, um banco para fazer dinheiro para depois fazer uma tentativa maior. Isso quer dizer que a qualquer momento a quadrilha do Seco volta a atacar carro-forte, no Rio Grande, Santa Catarina, Paraná.

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Exatamente, até porque nesses intentos que não lograram êxito essa quadrilha vem perdendo muito armamento. De lá pra cá, nesse assalto que o senhor mencionou agora de junho aí,



foram apreendidos mais 13 fuzis, que não me recordo agora, foi encargo da Delegacia de Santa Cruz. Então, a cada ataque frustrado, é perdido armamento. Ele faz pequenos outros assaltos, pequenos que eu digo não de uma grande monta, como carro-forte, para comprar mais armamentos para fazer um outro grande assalto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu gostaria de saber, doutor, nós vemos aí que o armamento por parte dessas quadrilhas está cada vez maior. A Marta Cristina, qual era a facilidade que ela tinha de adquirir armas?

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Deputado, a informação que nós tínhamos é que o marido dela, que se chama Vítor Hugo Veiga da Silveira, é que era o contato lá na fronteira para o fornecimento de armas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ele morava onde?

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Em Uruguaiana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Em Uruguaiana.

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - E que, em razão do marido ter sido preso — nessa época em que ela foi presa o marido já estava preso —, então, estava sem contato, essa quadrilha procurou a Marta em Uruguaiana, onde recentemente o filho dela também havia sido preso num assalto a estabelecimento comercial em Capão da Canoa, e prometeu para Marta, já que ela era esposa de um indivíduo que tinha esse contato lá em Uruguaiana, para que conseguisse contatos com ela na Argentina para comprar armamentos. Inclusive trataram o preço, códigos a serem tratados no telefone, onde se referia à arma pequena.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, ela tinha esses contatos do marido? Ela preservava isso?

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - É essa a informação que nós temos. E isso o que ela relatou para nós na época na Delegacia de Roubos no depoimento que ela prestou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Bom, é que nós vamos ouvi-la provavelmente amanhã. Então, eu queria saber mais ou menos a importância dela. Quer dizer, o marido era envolvido nisso? O filho era envolvido nisso?



O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - O marido, a informação que nós temos, o marido, mas não se descarta a participação do filho, já que ele também foi preso por assalto um mês antes de ela ser presa lá em Capão da Canoa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Uma família que decididamente escorregou para o lado errado.

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agora, existe, delegado, nessa pesquisa que vocês vêm fazendo, uma organização para fornecer armas para bandido atuando no Sul?

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Deputado, eu não diria que existe uma organização. Uma organização eu entendo assim como um líder, um gerente, com pessoas com funções definidas. Mas existe um intercâmbio, uma ligação existe, porque, quando menos espera, tu prende um indivíduo num local, ou detém um indivíduo num local bem distante e aí tu faz uma pesquisa, uma investigação na agenda do seu telefone celular, os contatos que ele tinha, e aquele indivíduo conhece o fulano lá do outro lado do Estado que vende armamento, e que conhece um outro que também vende armas, que conhece o outro que vende munição. Então, pelo menos um intercâmbio, uma interligação, eu lhe garanto que existe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E existe nesse sentido.

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Até porque esse mercado, como é um mercado restrito, embora a grande quantidade de armamento que entra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Munição, por exemplo, que é outra preocupação. Quem é que supre de munição esse pessoal?

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - A munição, Deputado, também tem o mesmo caminho das armas, também vem da fronteira. Sendo que nesse ponto se encontra alguma coisa. Tratando-se de 762, já foram encontradas caixas de munição pertencentes ao Exército brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ao Exército brasileiro?

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Exército brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Desviadas do nosso Exército?



O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Desviadas do nosso Exército. Que é a munição. Daí, seria mais fácil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Já foi identificado?

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Já foram apreendidas as munições do Exército brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E foi comunicado isso? Já feito os...

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Comunicado também, mas até acredito que, em razão da quantidade de munição, o lote de munição que vem, é difícil identificar duas, três caixas de cartucho, e qual a procedência.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Sr. Presidente, é impressionante a trajetória do José Carlos dos Santos, o Seco. Começou roubando veículos, já assaltou banco, já tem na história dele em assalto a banco. Ele está aqui indiciado em vários processos no Rio Grande do Sul, com vários pedidos de prisão preventiva, aos 26 anos. Com apenas 26 anos, já tem um currículo tão temerário. Entretanto, causa espanto a facilidade com que ele se move praticamente na mesma região. Os inquéritos estão todos relacionados em Municípios que são ou próximos a Santa Cruz, outros também não tão distantes de Santa Cruz. É a área onde ele mais atua, Lajeado. Veja bem, em Lajeado têm vários inquéritos instaurados contra ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É, chama a atenção não ter sido pego e atuando na mesma área.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - É, ele é por demais conhecido da região. É figurinha carimbada.

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Não tem dúvida. O Zé Carlos dos Santos, só para o senhor ter uma idéia, Deputado, ele — e quem sabe de investigação policial vai entender o que eu estou falando — não usa telefone celular, ele não fala em telefone celular. Ele praticamente mora dentro de um carro. Ele usa um telefone público e liga do litoral. Dali a 4 horas, ele, de um telefone público, está ligando em Caxias do Sul, e de lá para cá. E, por várias vezes, já teve confronto com a polícia, com troca de tiros, que ele, até então por sorte, diga-se sorte, destino, ainda não conseguiu ter sido preso. Nesse assalto que o senhor comentou agora, esse roubo que foi televisionado em Candelária, no dia 9 de junho,



aquele indivíduo que aparece com uma toca ninja, dando ré com o carro e falando na televisão, aquele ali é o José Carlos dos Santos, que aparece trocando tiros com a polícia e dando ré com o carro. Aquele é o Zé Carlos dos Santos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Como é que foi filmado isso?

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Deputado, pelo que nós temos conhecimento, passava lá na hora, vinha uma equipe da RBS que estava cobrindo um evento em Porto Alegre. Não me lembro o que era agora. E aí vinha retornando para Santa Maria e se deparou na ponte. Deu uma tranquia numa ponte. Eles pararam o carro achando que fosse um acidente, se dirigiu até a ponte. E, na ponte, era um embate, um enfrentamento de tiro com a polícia e essa quadrilha do Seco, que tentava, naquela ocasião, assaltar dois carros-fortes ao mesmo tempo

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Pompeo.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Deputado Moroni, quero cumprimentar o Presidente, os colegas Parlamentares e também nosso depoente, que está colaborando com esta CPI por conta das informações e investigações que faz e pelo currículo de combate ao crime que tem desde o início da carreira e depois no DEIC e, agora, em Novo Hamburgo. Eu sei o fero que é a cidade de Novo Hamburgo e a região ali, até porque nós trabalhamos muito na CPMI do Roubo de Cargas. Na época, acho que o Deputado Appio era Deputado Estadual. E batia tudo lá em Novo Hamburgo. Era uma coisa impressionante. Mas, Deputado Moroni, até para informar a coincidência. O pessoal diz que onde tem um evento, a *Globo* está por perto. E, lá no Rio Grande do Sul, onde tem um evento, a RBS está por perto. Mas é pura coincidência mesmo, não é? Eles voltavam de um evento...

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Eu me lembrei agora, até porque esse inquérito não fui eu que investiguei, os delegados federais de Santa Cruz. Se não me engano, uma equipe voltava de uma cobertura do jogo da Seleção Brasileira e Paraguai.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Exatamente.

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Que foram lá fazer e tal.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O acontecido foi de manhã bem cedinho, não é?

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - É, de manhã cedo.



O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eram 7 e pouco, 8h da manhã.

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Exatamente, uma segunda-feira de manhã.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Muito cedo da manhã. Então, não era normal uma equipe de televisão estar nesse horário na estrada, mas deu uma coincidência. Mas eu tomei a palavra, Presidente Moroni, tão-somente para fazer uma afirmação diante do que o delegado vem nos noticiando e conversando sobre essa questão das armas e esse assalto havido lá em Flores da Cunha, ontem. Foi uma coisa assim cinematográfica, foi uma coisa assim impressionante, porque da maneira como eles entraram...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Fecharam a cidade?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Fecharam a cidade. A maioria entrou no banco, quebrando o banco, quebrando e atirando.

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Esse é o *modus operandi* dessa quadrilha.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Do Seco. E o outro lá fora, quando chegou a polícia, nem tomam conhecimento e vão metendo bala na polícia. A polícia que se vire. Quer dizer, não é o bandido que tem medo da polícia. É a polícia que tem que correr do bandido. Inverteu, o osso começou a morder o cachorro. É uma inversão muito clara. Mas a preocupação que eu tenho é da questão das armas. Aquele que prestou depoimento no Rio Grande do Sul, o Zê, que é uma testemunha-chave — eu não sei o nome, nem quero saber, não vem ao caso —, ele deu lá um relato da vinda de arma da Argentina. A Polícia Federal, eu tenho falado com vários delegados também, tem contado a vinda das armas da Argentina. A Polícia Civil fala da vinda de armas da Argentina. Os bandidos têm armas vindas da Argentina. Mas que essas armas, muitas delas, têm o brasão do Exército da Argentina. Isso já não é mais coincidência. Daqui a pouco uma aqui, outra ali, acolá, diante de tantas que têm pode até parecer... Mas não é, é regra. As armas mais pesadas, as armas que arrombam, as armas, enfim, que os bandidos correm atrás e pagam mais do que vale por conta do poderio bélico do espaço inteiro tendo essas armas em seu poder, vêm da Argentina.

Então, eu quero sugerir, Presidente, à Comissão se V.Exa. faz um requerimento, quem sabe a assessoria da Comissão nos ajude, vamos fazer um



requerimento — e eu quero subscrever esse requerimento — para nós da Comissão, numa dessas, a exemplo daquela Operação Paraguai que o senhor muito inteligentemente nos liderou, e que eu fui até uma altura e não pude ir, porque fui para outras conexões. E confesso que fiquei enciumado aquela vez por eu não ter sido destacado para ir ao Mato Grosso e de lá no Mato Grosso, na divisa do Mato Grosso, eu acho que era do Sul do Mato Grosso, no Sul. E dali foram para o Paraguai. E teve aquele episódio com o Presidente do Paraguai, com o Ministro do Paraguai e alguns colegas que até se assustaram com o aparato lá, queriam fugir do hotel para vir embora.

Enfim, eu quero dizer que eu teria coragem suficiente, Presidente, se fosse designado, de ir lá e enfrentar as autoridades do Paraguai aquela vez, como foi enfrentado pela maioria dos membros da CPMI. E que me parece se faz necessário uma operação parecida agora na Argentina e, se preciso, até no Uruguai. Mas fundamentalmente na Argentina, que é de onde têm vindo as armas. Então, eu quero fazer esse requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - V.Exa. me dá uma outra idéia. Que nós façamos um levantamento de números e de armas argentinas presas no Brasil para que possamos fazer essa diligência que V.Exa. está sugerindo, mas com um levantamento já na mão para podermos chegar lá e dizer: olha, está aqui, isso tudo é de vocês. Da onde saiu, como saiu. Quer dizer, isso é uma coisa que vocês vão ter que descobrir.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - É importante. Eu estava falando com o delegado da Polícia Federal, Dr. ...

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Dornelles.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Dornelles. Está nos acompanhando e dando esse apoio logístico importante. E exatamente era essa, quando me veio a idéia de fazer sair da Argentina, ele disse: "*Temos de fazer esse levantamento.*" Então, já vamos aqui pedir desde logo, oficial, quem sabe, para o Deputado José Otávio Germano, nosso colega, Deputado Federal, Secretário de Justiça e Segurança do Estado do Rio Grande do Sul, para que ele forneça a partir dos dados que têm na Polícia Civil. Que nós possamos buscar isso na Polícia Federal. E eu acredito que nós vamos ter aí um arsenal descrito, até porque se nós pegarmos as armas do Beleza...Só nas armas do Beleza ali que, para mim, não



acho que seja bandido. Mas, enfim, daqui a pouco, se um bandido chega lá e pega as armas dele tem tudo que precisa para fazer os crimes que pretende. Então, pegar essas armas ali do Beleza, estão descritas, munição, armas, munição, fazer esse levantamento, esse diagnóstico... E, a partir daí, nós fazermos uma visita na Argentina e colocarmos essa questão. E aí eu me inscrevo, Presidente, eu moro na divisa, viu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não tem problema. V.Exa. tem toda a minha confiança e sabe disso. E o Deputado Appio tenho certeza que vai junto. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Ah, vai junto. O Deputado Appio gosta tanto que, se não for convidado, é capaz de se oferecer. Eu faria a mesma coisa.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Vamos de carancho, como se diz no Sul.

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Só para o senhor ter uma idéia, Deputado, só para dar mais uma ênfase nesse caso da Argentina, um dos fuzis do Fal argentino, que nós apreendemos, era zero quilômetro, não tinha disparado um tiro ainda, não era usado, era zero quilômetro, não havia se disparado um tiro ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, nós vamos pedir à assessoria da Comissão para ver se a gente faz uma relação de armamento argentino, desde do Rio de Janeiro, do SINARME, da Polícia Federal, no Rio Grande do Sul, tentar fazer uma relação grande para saber como é que aquelas armas foram desviadas do Exército argentino. Porque ir lá só para falar fica uma coisa muito vazia. Agora, indo com o número do armamento e o tipo de armamento, que veio parar no Brasil e que deveria ser das Forças Armadas argentinas, fica bem mais efetivo.

Dr. Luiz Fernando, não sei se teria alguma coisa a mais a nos comunicar?

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Deputado, só fazer mais uma colocação com relação a esse trabalho intelectual dessas quadrilhas. Tanto para... desde a aquisição do armamento em si nessas fronteiras, como depois, a execução dos roubos em si, que o armamento ele é um crime meio para atingir o outro crime, que é o roubo ao estabelecimento bancário, que dá mais lucro, ao



veículo blindado. Todos eles, os mentores, queiram ou não, passam por dentro, isso não é novidade que eu falo aqui, dos presídios. É o cara que está preso lá há 10 anos, que tem contato na Argentina, que fala: *Oh, vai na Argentina e fala com fulano, vai lá e fala com beltrano e coisa e tal.* É, dentro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, o senhor vem corroborar a idéia desta CPI que as principais organizações criminosas que atuam no tráfico de armas hoje no País têm sua sede nos presídios?

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Não tem dúvida. E especificamente no caso do nosso Estado, o Rio Grande do Sul, seriam as casas dos estabelecimentos prisionais do regime semi-aberto. Que aí, de manhã, cada indivíduo sai para um lado; à noite, eles retornam; um fez um contato que conseguiu o caminhão, o outro fez contato e conseguiu a arma, o outro fez o contato e conseguiu não sei o quê. E depois conseguem fazer o intento do crime. Então, é dentro dos presídios que acontece isso aí, seja ele presídio fechado ou semi-aberto, que, às vezes, é pior ainda. E ainda fazer uma colocação com relação às dificuldades que as polícias têm em razão até de uma coisa que foi restringida no Estatuto do Desarmamento. É que muitas vezes a polícia não tem o armamento equivalente para combater essa criminalidade. Muitas vezes, a polícia tem de se valer de autorização para usar aquele armamento apreendido para enfrentar essas quadrilhas, que estão muito melhor aparelhadas que as nossas próprias Forças Armadas, considerando a proporcionalidade da sofisticação do armamento. É que se pudesse, talvez, não sei, uma proposta, esse é um apelo que eu faço em nome da Polícia que trabalha no combate ao criminoso, delimitar talvez as polícias, delegacias especializadas de roubo a banco, um número "x" de determinado tipo de armamento que seja comprado para poder combater essas quadrilhas de igual para igual. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu acho que a observação de V.Sa. tem razão de ser, até porque é um colega meu e nós sabemos e nos preocupa isso, porque agora não estão mais fazendo refém. Quer dizer, estão fazendo pequenas cidades de refém.

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quer dizer, e isso é um horror, é um terror na cidade completa. Quer dizer, no momento quem está



mandando na cidade não são as autoridades, é o bandido que, através da sua quadrilha, está mandando em todo mundo por algum tempo. Então, tem a ver a solicitação de V.Sa. Até digo que poderiam mandar a esta CPI uma sugestão de legislação nesse sentido, talvez as associações mesmo de policiais em contato. E nós, sem dúvida nenhuma, tenho certeza que abraçaríamos essa reivindicação das polícias.

Desde já agradeço a presença do Dr. Luiz Fernando Martins de Oliveira, Delegado da Polícia Civil, hoje titular em Novo Hamburgo, no Estado do Rio Grande do Sul. Agradeço o secretário, o chefe de gabinete que nos auxiliou.

Nós ouviremos, amanhã à tarde, a Marta. Se V.Sa. pudesse ficar, seria bom para acompanhar o depoimento. Mas, de qualquer forma, está liberado agora.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ FERNANDO MARTINS DE OLIVEIRA - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Sr. Presidente, só para esclarecer a CPI, no assalto ao BANRISUL, em Flores da Cunha, um dos elementos foi atingido pela arma de um policial, pelo disparo, e todos eles se apresentaram com o rosto encoberto com casaco. Não tinham máscaras, mas utilizavam-se do casaco. Sei que é um expediente que o Seco já usou também em outros momentos. Mas o mais grave: eles se capitalizaram. Não há hoje informação de quanto levaram do banco, mas levaram dinheiro. De sorte que todo contrabandista de armas deve estar atrás do Seco hoje para oferecer arma, porque não há dúvida que eles assaltaram o banco para fazer dinheiro para comprar arma para prosseguir nos assaltos. Então, é preciso ter em mente que essas operações a bancos, pedágios, caminhões e cargas antecedem uma ação mais violenta, uma ação de maior resultado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Nós temos alguns requerimentos para aprovar. Como são de minha autoria, passo a Presidência dos trabalhos ao Deputado Francisco Appio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Appio) - Pois não, Deputado Moroni Torgan. Passamos à deliberação dos requerimentos constantes da pauta.

Item 1. Requerimento nº 118/05, do Sr. Moroni Torgan, que solicita seja convidado o Sr. Elder Gonçalo Monteiro Dangelo, Delegado da Polícia Civil de Minas Gerais, para prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.



Para encaminhar a matéria, concedo a palavra ao Deputado Moroni Torgan, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Este é o delegado que está naquela questão de Minas Gerais, do ex-policial de nome Pratinha. Então, esse requerimento e o próximo vão ser relacionados a isso. Por isso, ele poderia nos explicar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Appio) - Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 2. Requerimento nº 119/05, do Sr. Moroni Torgan, que solicita seja convidado o Sr. André Ubaldino, Procurador de Justiça, Coordenador do CAO-CRIMO — Centro de Apoio Operacional das Promotorias do Crime Organizado do Estado de Minas, para prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Para encaminhar a matéria, concedo a palavra ao Deputado Moroni Torgan, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - É mais um requerimento relacionado ao mesmo fato. É o promotor e o delegado que estão relacionados àquela apreensão de armamento e de documentos que foram queimados pelo Sr. Pratinha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Appio) - Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 3. Requerimento nº 120/05, do Sr. Moroni Torgan, que solicita seja convocado, na qualidade de testemunha (intimada), o Sr. Ovidio Lorenzo, para prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Para encaminhar a matéria, concedo a palavra ao Deputado Moroni Torgan, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Todos os indícios indicam que o Sr. Ovidio Lorenzo, policial civil, infelizmente estava usando erroneamente o título de



policial e seria, juntamente com outros policiais, aquele que estaria abastecendo de munição e de armas traficantes do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Appio) - Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

Item 4. Requerimento nº 121/05, do Sr. Moroni Torgan, que solicita seja convidado o Sr. Gilberto Ribeiro, Delegado da Polícia Civil responsável pela Delegacia de Roubos e Furtos de Automóveis, para prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Para encaminhar a matéria, está com a palavra o autor, Deputado Moroni Torgan.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Primeiro, quero dizer que o Sr. Gilberto Ribeiro — como existem policiais que fazem as coisas erradas — é o delegado que apurou tudo isso e, conseqüentemente, tem as informações sobre essa quadrilha que utilizava policiais para suprir de armamento os traficantes do Rio de Janeiro. Então, é o delegado que apurou e que pode nos dar maiores informações sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Appio) - Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

Item 5. Requerimento nº 122/05, do Sr. Moroni Torgan, que solicita a prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as organizações criminosas do tráfico de armas por mais cento e oitenta dias.

Para encaminhar a matéria, concedo a palavra ao Deputado Moroni Torgan, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Primeiro, quero dizer que essa solicitação é com base em uma consulta feita ao plenário sobre a possibilidade de se prorrogar a CPI por 180 dias. Como foi deferida essa possibilidade, quero



informar que, devido a várias outras CPIs que surgiram de repente, os trabalhos desta CPI foram prejudicados, no sentido de que muitos membros — 80% dos membros da nossa CPI — fazem parte das outras também. Então, o trabalho, que poderia ser muito mais célere, não o é e, conseqüentemente, vai levar mais tempo para ser feito. Só quero enfatizar, Sr. Presidente, que esse requerimento tem que ser aprovado por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Appio) - Para encaminhar a matéria, já falou o Deputado Moroni Torgan.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado por unanimidade, Sr. Presidente.

Devolvo a Presidência a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quero agradecer a todos a presença aqui hoje.

Nós vamos ouvir a Sra. Marta Cristina da Silva Brum. Peço ao Dr. Luiz Fernando, se tiver alguns detalhes, que passe para a nossa assessoria, pois seria interessante na oitiva dessa testemunha, amanhã, às 14h.

Dou por encerrada a reunião, convocando outra para amanhã, às 14h.